

# Boletim

Nº 2.006 - Ano 44 - 26 de fevereiro de 2018

## ESPAÇO DAS DIFERENÇAS

As vésperas de iniciar o ano letivo de 2018, a UFMG, em cumprimento à Lei 13.409/2016, prepara-se para receber o maior contingente de pessoas com deficiência de sua história. Esse grupo, somado aos cotistas oriundos de escolas públicas e autodeclarados negros (pretos ou pardos) e indígenas, amplia a diversidade do corpo discente da Instituição.

Páginas 4 e 5

Grupo de estudantes em frente ao CAD 1, no campus Pampulha

Livro discute 'mito' da urna eletrônica

Página 3

# Sobre CONFEITEIROS e seus QUITUTES

Leonardo Cruz de Souza \*

**C**om um governante deposto, caos nas ruas, instabilidade política, quem se preocuparia com uma simples confeitearia – a não ser o próprio confeiteiro?

A preocupação de Custódio, o confeiteiro, parecia mesmo prosaica. Ele havia decidido renovar a pintura da tabuleta do nome do seu estabelecimento, a Confeitoria do Império, mas o regime monárquico caíra da noite para o dia, e, agora, o atormentado confeiteiro não sabia se deveria manter a antiga denominação ou mudá-la (Confeitoria da República ou algo mais neutro, como Confeitoria do Catete, rua em que ficava o comércio). Não havia solução fácil. À balbúrdia política, somem-se os ânimos exaltados e as ideologias à flor da pele: qualquer nome deflagraria repúdio e agressões. E assim nos compadecemos de Custódio, ao longo de *Esaú e Jacó*, romance do gênio que decifrou o Brasil para sempre, Machado de Assis. E é esse Custódio que, de certo modo, representa o pesquisador brasileiro.

A começar pela própria compreensão pública do papel e do valor da ciência, o cientista é folcloricamente visto como um desconectado da realidade, tal como Custódio, que, no calor da Proclamação da República, preocupava-se apenas em como deveria ficar o nome de sua confeitoria. A economia patina, as cifras de desemprego são alarmantes, o mundo político está em ebulição, e surgem uns acadêmicos clamando por “verbas para pesquisas”? Por favor...

Por que apoiar uma atividade vista pela maior parte da população como derrisória, frente ao que é produzido pelas potências científicas? Por que dar ouvidos a pessoas que falam de coisas complicadas, em linguagem difícil, acerca de questões que parecem nada ter a ver com os problemas cotidianos? Por que entronizar em um projeto de país uma atividade aparentemente tão importante quanto quitutes e guloseimas?

A primeira batalha do pesquisador brasileiro é, pois, por compreensão – nem

ainda “reconhecimento”, frise-se, mas simplesmente “compreensão” – do valor do seu trabalho. Se, de fato, nosso desenvolvimento científico está aquém dos grandes centros, apenas o protagonismo brasileiro poderá responder a inúmeras questões inerentes às realidades cultural, social, econômica e sanitária do nosso país. Nenhuma nação alcança êxito social e econômico sem respaldo de educação, cultura e ciência. Mas não há consenso nacional acerca disso. Sintomaticamente, a extinção do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2016, não causou indignação paneleira nem mobilizou a sociedade civil. Se falta apoio governamental, falta-o também na sociedade: um dos corolários é a ausência de uma cultura de doação para financiar pesquisas, diferentemente de outros países em que essa tradição é arraigada, inclusive com aparato fiscal a estimular a prática, por meio de dedução de impostos. Não é possível uma transformação dessa mentalidade sem uma postura ativa da comunidade científica brasileira, sem uma mudança na maneira como pesquisadores se relacionam com a sociedade – falar de seu trabalho em linguagem acessível, investir em divulgação científica de qualidade, sensibilizar a sociedade, o empresariado e a classe política sobre a importância das ciências brasileiras para o desenvolvimento do país. A Universidade pública deve ser figura de proa nesse movimento.

Custódio preocupava-se com os efeitos da mudança de regime na sua atividade. Essa é também a nuvem que assombra cientistas brasileiros, especialmente a cada transição governamental. Bolsas serão mantidas? Financiamentos aprovados serão efetivados? Haverá editais para pesquisa?

E, se há inquietude sobre o impacto do cenário macropolítico na atividade científica, é, mais uma vez, porque não há entendimento de que se trata de uma atividade estratégica, que deveria ter sólidas garantias institucionais e gestão técnica, acima de questões partidárias e de ideologias irracun-

das. Do contrário, não assistiríamos ao desolador cenário da ciência local. Desde 2014, as verbas de pesquisa estão sendo progressivamente cortadas. Para 2018, o orçamento foi reduzido ainda mais, asfixiando as principais agências financeiras. Laboratórios estão sendo esvaziados, projetos são abandonados, e o êxodo de pesquisadores rumo ao exterior se intensificou. Alunos deixam de fazer pós-graduação por falta de bolsas ou fazem suas pesquisas em situação de grande vulnerabilidade financeira. A precariedade do financiamento ganha tons aviltantes, quando se compara o orçamento do CNPq, em 2017 (R\$ 1,3 bilhão), com os gastos com auxílio-moradia para autoridades da União, no mesmo ano (R\$ 1,6 bilhão).

A redução de verbas e a instabilidade política estão abalando os alicerces da ciência brasileira, impedindo a continuidade de projetos, a formação de recursos humanos e o necessário incremento de qualidade na produção nacional. Se os pares internacionais não têm preocupações em relação às garantias que possibilitam sua atividade, os pesquisadores brasileiros, tais como o confeiteiro Custódio, vivem atormentados com as vicissitudes e a volatilidade do cenário político nacional.

Sem quem o defende fora dos círculos acadêmicos, sem compreensão pública do seu papel, sem inserção em um projeto de país, sem garantias e sem apoio, o cientista brasileiro é um resistente. Mas a resistência conjuga-se com a esperança, apesar da dura realidade se esforçar por extirpá-la de nós. Afinal, como lembra o conselheiro Aires, arguto personagem de *Esaú e Jacó*, a esperança, “a meninice do mundo”, tem suas incoerências. Grávidos dessa esperança incoerente, resistamos.

\* Médico neurologista, doutor em Neurociências pela Université Paris 6, professor adjunto do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da UFMG

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou tréplicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

# VOTO INSEGURO

*Em livro, Jeroen van de Graaf, do DCC, defende que o sistema brasileiro de votação eletrônica seja aprimorado para garantir sigilo e transparência*

Itamar Rigueira Jr.

**O**sistema de votação eletrônica, adotado nas eleições brasileiras há pouco mais de 20 anos, não garante o sigilo do voto e a transparência do processo, segundo o professor Jeroen van de Graaf, do Departamento de Ciência da Computação (DCC) da UFMG, especialista em criptografia. No livro *O mito da urna: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica* ([www.o-mito-da-urna.org](http://www.o-mito-da-urna.org)), recém-lançado e ainda sem versão impressa, van de Graaf enumera as falhas do sistema, apresenta alternativas e mostra que a opção brasileira é considerada ultrapassada em diversos países. O “mito da urna”, segundo ele, é “a ideia, criada para consumo doméstico, de que o sistema brasileiro é um exemplo para o mundo”.

A maior falha do sistema, de acordo com van de Graaf, é o eleitor não contar com o sigilo de voto. “Não é assim em lugar algum do mundo. Aqui, o mesário introduz os dados do eleitor no mesmo equipamento em que o eleitor digita seu voto. É obviamente um pecado. O correto seria dar a permissão para o voto e anotar a presença, num sistema diferente daquele em que o voto é registrado”, define o pesquisador, que investiga o assunto desde 2001.

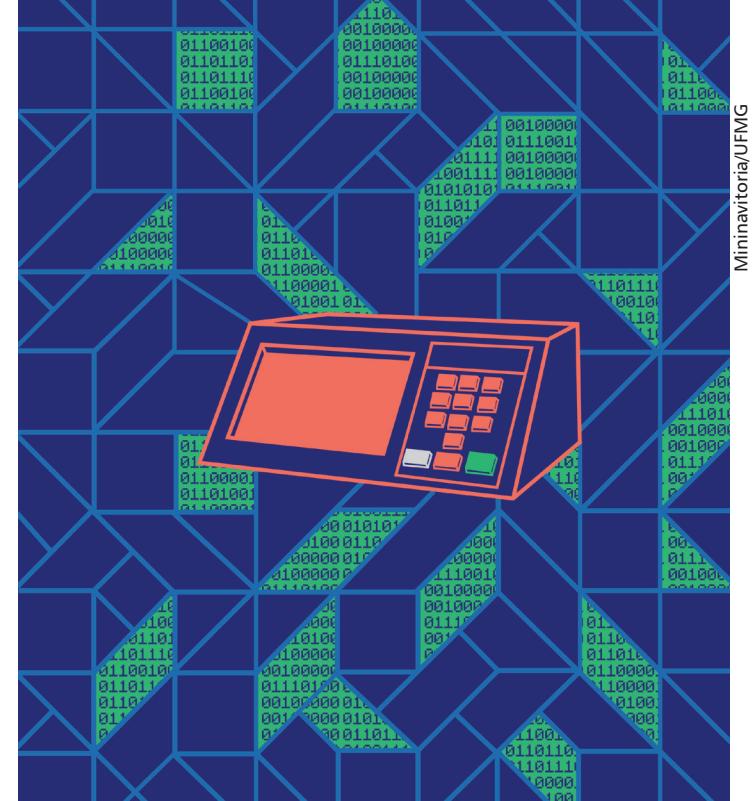
No ano seguinte, van de Graaf integrou grupo da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) que analisou o processo de votação a convite da Justiça Eleitoral. “Naquele momento, constatamos a inviabilidade de uma verificação independente do processo, mas não fomos chamados para discutir o assunto”, conta. Ele esclarece que transparência, nesse caso, refere-se à verificabilidade, tanto no âmbito individual quanto no universal, em que todos se convencem da correção dos procedimentos.

“A urna baseia-se na filosofia de ‘segurança por obscuridade’, de acordo com a qual os detalhes do projeto de um sistema devem ser mantidos secretos. Essa filosofia certamente faz sentido em muitos casos, em contextos militares, por exemplo. Mas não cabe no processo eleitoral, que é central em uma democracia”, afirma o autor no texto de introdução do livro. Ainda segundo van de Graaf, “nenhuma confirmação independente do resultado da eleição é possível, pois não há como recountar os votos”. Ele enfatiza que o sistema é uma “caixa preta, cujo funcionamento interno é conhecido apenas de um pequeno grupo de técnicos do TSE [o Tribunal Superior Eleitoral]”.

## Esperança em Austin

O professor do DCC recomenda, em consonância com outros especialistas, brasileiros e estrangeiros, que o voto seja comprovado fisicamente. “A comprovação digital não possibilita auditoria. Como o eleitor tem certeza de que o seu voto não foi mudado? É preciso confiar cegamente na idoneidade da Justiça Eleitoral”, argumenta o pesquisador. Em sua visão, imprimir o voto registrado eletronicamente, medida que vem sendo cogitada, é uma necessidade e não retrocesso.

Coordenador do laboratório Inscript, dedicado à segurança da informação, o pesquisador classifica de promissor um sistema que está sendo estudado na cidade de Austin, no estado americano do Texas. Segundo van de Graaf, esse processo de votação apoia-se em dois equipamentos independentes. Um deles imprime o voto de duas maneiras: com o nome do candidato e em forma de



Mininavitoria/UFMG

código QR, contendo o voto cifrado. O sistema escaneia o código, e o eleitor pode levar esse código para casa, para conferir na internet se a cédula foi incluída no conjunto a ser apurado. Por meio de técnicas criptográficas, é possível apurar os votos preservando o sigilo do voto. O papel com o nome do candidato é depositado em uma urna convencional, e só há contagem desses votos em papel em caso de auditoria.

“Um modelo como esse poderia ser adaptado para o Brasil, naturalmente com características que considerem costumes eleitorais peculiares, como a atribuição de números aos candidatos”, afirma o professor do DCC. “Os sistemas eleitorais são diferentes no Brasil e nos EUA, que elegem também juízes e promotores e fazem perguntas plebiscitárias. Além disso, condados e estados têm autonomia para a gestão, e as tecnologias são compradas no mercado. No Brasil, o TSE centraliza o processo e aplica o mesmo modelo para todo o país.”

## Do ponto zero

*O mito da urna* aborda o tema do ponto de vista histórico, enumera requisitos de segurança e transparência, analisa a urna sob a luz desse conjunto de requisitos, especula sobre soluções de longo prazo e compila posições sustentadas pelo TSE ao longo dos anos para justificar o sistema.

No fim do livro, ao oferecer um resumo do que considera as falhas principais do sistema brasileiro de votação eletrônica, Jeroen van de Graaf salienta que países como Holanda, Estados Unidos e Alemanha proibiram sistemas que não produzem comprovação física do voto, mas argumenta que “não faz sentido meramente acrescentar uma impressora à urna e investir R\$ 2 bilhões nessa abordagem ultrapassada. A urna deveria ser projetada novamente, do ponto zero”.

Também nas considerações finais, o pesquisador defende a participação da pesquisa acadêmica no debate e no desenvolvimento de projetos para um sistema eleitoral no Brasil. “Espero que este livro dê início a um diálogo tão necessário”, afirma Jeroen van de Graaf.

**Livro:** *O mito da urna: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica*

**Autor:** Jeroen van de Graaf

**Disponível em** [www.o-mito-da-urna.org](http://www.o-mito-da-urna.org)



Estudantes da UFMG reunidos em área de convivência na Praça de Serviços: perfil mais representativo da sociedade

## Mais INCLUSÃO

*Cotas para pessoas com deficiência e adoção de carta consubstanciada de teor étnico-racial marcam chegada de calouros à UFMG em 2018*

Ana Rita Araújo

**M**ais de 4,5 mil novos alunos – entre ingressantes pelo Sisu, pelo Vestibular de Habilidades e pelas modalidades de obtenção de novo título e transferência – chegam à UFMG neste primeiro semestre de 2018. Símbolo do acolhimento e da renovação da vida acadêmica, a recepção de calouros terá, nesta quinta-feira, dia 1, duas aulas magnas que abordarão a universidade como espaço das diferenças e a relação entre conhecimento e diversidade. Os dois temas estimulam uma reflexão sobre as transformações no corpo discente provocadas pela adoção de cotas e pelo aprimoramento de políticas de ações afirmativas e de inclusão. Para se ter uma ideia dessa nova configuração, dos cerca de 32 mil alunos matriculados na UFMG, quase 14 mil (43%) se autodeclararam negros: 11 mil pardos e 2,7 mil pretos.

No primeiro período de 2018, além da reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e autodeclarados negros (pretos ou pardos) ou indígenas, quase 400 vagas estão reservadas a pessoas com deficiência, em cumprimento à Lei 13.409/2016, aplicada pela primeira vez na UFMG. Trata-se do maior contingente de estudantes com deficiência que ingressa simultaneamente nos cursos da UFMG. Atualmente, a Universidade contabiliza, na graduação, 300 alunos autodeclarados com deficiência e 62 na pós-graduação, além de cerca de 140 servidores (professores e técnico-administrativos) nessa condição.

“A inclusão é um tema muito caro, muito importante para a nossa Universidade. E, hoje, essa questão está amadurecida na UFMG. Consideramos que inclusão não se resume à entrada do aluno na

Universidade, ou seja, não basta oferecer condições de ingresso. Por isso, optamos por aplicar recursos próprios da UFMG em áreas estratégicas, como a acessibilidade. Incluir é assegurar condições de permanência dos estudantes, garantindo a equidade de condições para que todos possam usufruir da vida acadêmica”, observa o reitor Jaime Ramírez. Segundo ele, os investimentos foram mantidos mesmo com o contingenciamento imposto às universidades nos últimos tempos e o elevado custo das medidas e intervenções para adaptar o ambiente acadêmico às necessidades desse público.

Segundo a Pró-reitoria de Planejamento (Proplan), a UFMG destinou, em 2017, recursos da ordem de R\$ 200 mil ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), repassados por meio de convênio com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (Fump). A verba foi empregada majoritariamente na compra de equipamentos para atender aos alunos com alguma deficiência. Além disso, foram aplicados R\$ 228 mil no pagamento de bolsas em projetos de acolhimento.

Outra novidade é a adoção da carta consubstanciada, documento em que os candidatos aprovados na modalidade de reserva de vagas étnico-raciais expõem os motivos que justificam sua autodeclaração. A adoção da carta foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade (Cepe), a fim de aprimorar a política de ações afirmativas na UFMG. O documento terá peso legal caso haja questionamento sobre a etnia do candidato.

Para a vice-reitora Sandra Goulart Almeida, uma das formas de produzir política afirmativa é alterar a configuração nos espaços de representação de poder e de tomadas de decisão. “A carta

consustanciada é a possibilidade de cada um dizer, de forma afirmativa, sobre pertencimento, trajetória e origens. Certamente, é um instrumento que vai aprimorar a política de inclusão da UFMG, que, nos últimos anos, tornou mais representativo o perfil do nosso corpo discente em termos socioeconômicos e raciais".

Adotada pela primeira vez para os cursos de graduação, a carta consustanciada foi redigida em formulário próprio e entregue pelo candidato no momento do registro acadêmico. "A auto-declaração continua a vigorar como princípio importante do reconhecimento da identidade dos sujeitos, mas a carta aumenta os custos de uma autodeclaração falsa", argumenta o pró-reitor adjunto de Assuntos Estudantis, Rodrigo Ednilson.

### Reconhecer o outro

Para a professora Denise Morado, que vai ministrar a aula magna *Universidade: espaço da experiência nas diferenças, a universidade*, "é lugar de experimentar o saber pensar e o saber fazer, calçados pelas diferenças constituintes da sociedade". Em sua opinião, é na universidade que se formam discursos e narrativas "pelos quais nos fazemos reconhecer e, a partir daí, reconhecemos os outros".

Professora do Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura, Denise Morado comenta que no horizonte da mensagem que pretende passar para os calouros "estarão possibilidades efetivas de compreensão da universidade como parte (e corresponável) pela construção de cidades menos desiguais e menos injustas".

A primeira aula magna será realizada a partir das 9h, no Centro de Atividades Didáticas de Ciências Humanas (CAD 1), campus Pampulha. A seguir, haverá apresentação do Grupo de Percussão da UFMG, coordenado pelos professores Fernando Rocha e Fernando Chaib, ambos da Escola de Música.

Às 19h, também no CAD1, a professora Nilma Lino Gomes, da Faculdade de Educação, vai ministrar outra aula magna com o tema *Universidade, conhecimento e diversidade*. A intenção é abordar os desafios do tema "nesses tempos em que a democracia brasileira necessita ser defendida", explica Nilma Lino, que foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e titular do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. A professora defende que as políticas de ações afirmativas e de inclusão nas universidades brasileiras "sejam compreendidas como um compromisso ético de todo cidadão e



Nilma: cotas como compromisso ético

cidadã, inclusive os universitários". O Grupo de Percussão da UFMG também se apresentará na recepção noturna.

Entre as duas atividades, das 14h às 18h, os calouros podem fazer passeios de ônibus com destino a cinco diferentes espaços da UFMG: Centro Cultural, Espaço do Conhecimento, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Estação Ecológica e Museu de Ciências Morfológicas, tendo a Praça de Serviços como local de partida e chegada. Os passeios também podem ser feitos no dia 2, com saídas às 11h30 e às 15h30. As inscrições devem ser feitas no site da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis ([www.ufmg.br/prae](http://www.ufmg.br/prae)).

De 5 a 9 de março, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) promove atividades culturais diversas, das 12h às 17h, na Praça de Serviços do campus Pampulha. A programação pode ser conferida em [facebook.com/dceufmg](http://facebook.com/dceufmg). Na sequência das atividades de recepção aos calouros, a Universidade vai promover, ao longo do semestre, os seminários

Viver UFMG. A série de eventos começa no dia 15 de março, com a palestra *Universidade e inclusão*, que será proferida pelo jornalista Jairo Marques, às 19h, no auditório nobre do CAD 1.

### Esforço de longa data

Embora 2018 seja o primeiro ano de vigência da reserva de vagas para pessoas com deficiência, os esforços da UFMG para adaptar as instalações e a estrutura acadêmica para pessoas com esse perfil começaram na década de 1990, com a criação do Centro de Apoio ao Deficiente Visual (CADV). O órgão disponibiliza equipamentos de tecnologia assistiva e produz material em diferentes formatos. Na mesma época, foram adotadas condições especiais para realização das provas no vestibular, incluindo as de habilidades.

Ao longo dos anos, foram realizadas obras como demarcação de travessias para pedestres e de vagas em estacionamentos para pessoas com deficiência, rebaixamento de calçadas, construção de rampas e instalação de plataformas elevatórias em prédios como Biblioteca Universitária e Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. A frota de transporte interno contratada pela Universidade para circular no campus Pampulha é composta de ônibus acessíveis, com elevador.

Em 2015, foi criado o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), responsável por formular políticas e ações que assegurem às pessoas com deficiência que ingressam na instituição a inclusão na vida acadêmica e profissional. De acordo com a professora Adriana Valladão, coordenadora do Núcleo, nos últimos quatro anos, a cada registro acadêmico, os calouros autodeclarados com deficiência são convidados para uma entrevista, em que a estrutura do NAI é apresentada. Aqueles que demandam algum suporte recebem acompanhamento que inclui planejamento semestral, com participação do colegiado do curso, do próprio aluno e dos professores daquele período.

Como explica a coordenadora, nem todos precisam de apoio permanente, e alguns voltam ao NAI em situações pontuais. Atualmente, apenas 56 demandam o acompanhamento contínuo do órgão.

Durante o registro acadêmico, a condição de pessoa com deficiência foi comprovada pelos candidatos classificados no Sisu em perícia médica obrigatória e com apresentação de laudo médico com informações sobre o tipo e grau da deficiência, nos termos do artigo 4º do Decreto 3.298/99, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

## CALOUROS EM NÚMEROS

**6.339**

vagas oferecidas pela UFMG em 2018

**3.167** **3.172**

ampla concorrência candidatos com ensino médio integral pela rede pública

**4.512**

calouros de graduação chegam à UFMG neste semestre

**1.685**

reservadas para oito modalidades de cotas

**906**

Transferência e Obtenção de Novo Título (diversos cursos)

**1.670**

ampla concorrência

**251**

Vestibular de Habilidades

# HAMBÚRGUER VITAMINADO

*Pesquisa de mestrado desenvolvida no Instituto de Ciências Agrárias testou receita do alimento com acréscimo do óleo de buriti*

Amanda Lélis

**A**carência de vitamina A pode trazer prejuízos ao sistema imunológico e problemas na visão, na pele e de cicatrização. Pesquisa desenvolvida no campus Montes Claros resultou em um produto acessível, de fácil aceitação e eficaz como suplemento alimentar. O segredo da receita está no emprego do óleo de buriti, que é fonte de vitaminas. A substância é extraída dos frutos do buritizeiro, palmeira encontrada na região do Cerrado.

A pesquisa, desenvolvida pela nutricionista Luana Leão, propõe duas fórmulas para um hambúrguer de frango, com concentrações do óleo vegetal de 4% e 8%. Segundo ela, o buriti é bastante cultivado e comercializado na região Norte de Minas. Mais usado na composição de cosméticos, o óleo também gera muitos benefícios quando empregado na alimentação. “O produto já é bastante utilizado como alimento na Amazônia”, revela Luana, que materializou seus estudos em dissertação de mestrado defendida na área de Produção Animal do Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFMG).

A pesquisadora conta que o consumo de vitamina A é baixo em várias regiões do Brasil. Trabalho publicado em 2015, por exemplo, evidenciou que 78,9% de crianças então matriculadas em unidades pré-escolares da zona rural no Norte de Minas apresentaram indicativos de baixo hábito de consumo de alimentos que são fonte da vitamina. “É muito importante incentivar o consumo de alimentos que contenham essa vitamina. Em nossa região, isso não é muito difícil, pois, além do buriti, temos o pequi e as verduras alaranjadas, como abóbora e cenoura”, informa Luana.

## Eficácia e aceitação

Durante a pesquisa, ela realizou experimentos para avaliação da oxidação lipídica, teste de PH e análise sensorial. Os resultados demonstraram a eficácia do óleo de buriti para retardar a oxidação lipídica – processo de deterioração da carne que provoca alteração do sabor –, excluindo, assim, a necessidade de emprego de um antioxidante sintético na receita. Os testes laboratoriais também revelaram que ambas as concentrações do óleo estão dentro dos parâmetros para consumo.



Óleo de buriti retarda oxidação lipídica do hambúrguer de frango



Fotos: Amanda Lélis/UFMG

Frutos do buritizeiro, espécie de palmeira cultivada no Norte de Minas

Paralelamente, foi desenvolvida análise sensorial com cerca de 90 voluntários sobre intenção de compra, aceitação da textura e cor, entre outras variáveis. Luana explica que o hambúrguer com concentração de 4% de óleo de buriti foi mais bem recebido entre os participantes dos testes. De acordo com a pesquisadora, a fórmula pode ser facilmente replicada. “A intenção era desenvolver um produto vitaminado para as crianças. A hipovitaminose A é comum na região, principalmente em grávidas e crianças. Fizemos uma formulação muito simples para ser reproduzida por qualquer pessoa, inclusive com uso na merenda escolar”, explica Luana Leão.

A vitamina A tem papel fundamental na visão, diferenciação celular, proliferação e manutenção da integridade epitelial. “A deficiência da vitamina A em crianças pode causar cegueira noturna. A carência na gravidez é comum e contribui para infecções, sintomas hipertensivos, baixo peso dos bebês, prematuridade, anemia e má-formação”, enumera a autora do estudo.

\*Matéria publicada no Portal UFMG em 16/01/2018

**Dissertação:** Desenvolvimento de produto potencialmente funcional: hambúrguer de frango adicionado

**Autora:** Luana Lemos Leão

**Orientador:** Ernane Ronie Martins

## CONCURSO UFMG

Termina, no próximo dia 12, o período de inscrições para concurso público da UFMG. O objetivo é preencher 58 vagas de cargos técnico-administrativos – 55 nas unidades de Belo Horizonte e três no campus regional de Montes Claros. As vagas são para nível superior, médio, técnico e fundamental.

O concurso terá vigência de dois anos, prorrogáveis por mais dois. A homologação dos resultados será feita em junho, antes do prazo mínimo anterior às eleições em que não é permitido nomear para cargos públicos.

O edital do concurso prevê provas práticas para os cargos de técnico em audiovisual, técnico em artes gráficas, técnico em mecânica e operador de máquinas agrícolas. Pessoas com deficiência poderão solicitar apoio para a realização das provas, como material escrito em braille e tradução para a Língua Brasileira de Sinais. Candidatos cadastrados em programas sociais do governo federal podem requerer isenção de taxa de inscrição. O edital e outras informações estão disponíveis na página de concursos da UFMG (<http://bit.ly/2BOdk2i>).

## FEIRA DO LIVRO

Em março será realizada mais uma edição da sempre aguardada Feira Universitária do Livro da UFMG, organizada pela Editora UFMG. Nos dias 20, 21 e 22, a Praça de Serviços do campus Pampulha abrigará estandes de 29 das principais editoras do país, que venderão seus títulos com descontos a partir de 40%, incluindo lançamentos.

Estarão representadas as editoras Autêntica, Boitempo, C/Arte, Companhia das Letras, Ciranda Cultural, Contexto, Contraponto, Cortez, Editora 34, Edusp, Expressão Popular, Ideias & Letras, Fundação João Pinheiro, Lexicon, L&PM, Martin Claret, Mazza, Oficina de Texto, Piaget, PUC Minas, Relicário, Revan, Senac, Sesc, Editora UFMG, UFPR, Unesp, Unicamp e Zahar.

Neste ano, o evento contará com programação cultural específica. Haverá oficinas para crianças, shows, sorteio de brindes e lançamentos de livros. São esperadas cerca de 10 mil pessoas nos três dias de feira. Aberta ao público amplo, a 9ª Feira Universitária do Livro da UFMG funcionará das 9h às 19h.



## PERFIL DO CORPO DISCENTE

Está disponível, no site da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae) (<https://www.perfil.ufu.br/2018/questionario/>), o formulário da quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes das Universidades Federais. Os dados coletados vão apresentar um panorama do corpo discente das instituições e gerar subsídios para a elaboração de políticas públicas destinadas a atender demandas em áreas como assistência estudantil. A iniciativa é da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace).

Dirigentes das duas entidades ressaltam que os indicadores gerados pela pesquisa ajudam a elevar a eficiência da gestão dos recursos públicos destinados às universidades federais, subsidiam estudos diversos e a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, pronta a garantir a permanência dos discentes beneficiados pelas ações de assistência estudantil.

## TESTES DE FORÇA

O Laboratório de Performance Humana (LPH), da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO), realiza testes de força e desempenho muscular com foco na preparação para exames de aptidão física exigidos em concursos públicos. O serviço possibilita detectar fraquezas e assimetrias musculares por meio de quatro tipos de avaliação.

Coordenado pelo professor Renan Alves, o LPH conta com equipamentos que favorecem a avaliação de variáveis relacionadas à função neuromuscular, postura e equilíbrio dinâmico. O laboratório, que também atende atletas, reúne equipe de fisioterapeutas, mestres e doutores com vasta experiência na avaliação da função muscular. Mais informações sobre os serviços prestados pelo laboratório podem ser obtidas pelo e-mail [performance.ufmg@gmail.com](mailto:performance.ufmg@gmail.com) e pelo telefone (31) 97556-6438.

## FILOSOFIA NA PRAÇA

Estão abertas as inscrições (<http://bit.ly/2Fgro7h>) para a nova edição do projeto Filosofia na Praça, que oferece cursos de extensão de filosofia, abertos ao público. Os módulos são independentes, mas interconectados por um tema específico: *O corpo como questão filosófica*.

O primeiro módulo – *Helena, espartana-troiana: quando o lógos se faz corpo* – será ministrado pela professora Maria Cecília de Miranda Coelho, da UFMG, nos dias 14, 21 e 28 de março e 4 de abril. A professora Telma Birchal, também da UFMG, vai apresentar o segundo módulo, *O corpo nos ensaios de Montaigne*, nos dias 11, 18 e 25 de abril e 2 de maio. Com o tema *O corpo dos escritores*, o terceiro módulo será ministrado pela professora Lúcia Castello Branco, da UFMG, nos dias 9, 16, 23 e 30 de maio. Encerrando o semestre, a professora Débora Pazzetto Ferreira, do Cefet, vai abordar o tema *Corpo e tecnologia*, nos dias 6, 13, 20 e 27 de junho.

As aulas estão agendadas para as quartas-feiras, das 19h30 às 21h10, no Espaço do Conhecimento UFMG, localizado na Praça da Liberdade.

# COZINHA ressignificada

*Em dissertação, pesquisador da Face interpreta o movimento que 'gourmetizou' a culinária doméstica e transformou o homem em 'chef' desse universo*

Matheus Espíndola

**H**istoricamente localizada no fundo das casas, a cozinha costumava ser o lugar da dona de casa ou da cozinheira, configurando o exemplo mais inequívoco da segmentação por gênero existente nos lares. Nos últimos tempos, contudo, a cozinha doméstica vem sendo ressignificada e apropriada pelos homens, encorajados pelo discurso midiático do movimento gourmet, que transforma em espetáculo o ato de cozinhar.

"A cozinha sofisticada sempre existiu, mas tem sido priorizada de uns tempos para cá. Há, inclusive, projetos modernos de arquitetura que concebem esse espaço na parte da frente das casas", comenta o pesquisador Felipe Gouvêa Pena, do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração (Cepead) da Face.

Segundo o pesquisador, é tendência entre as famílias de classe média e alta que o casal assuma o fogão nos fins de semana, com finalidade de recreação, por hobby e para reunir os amigos. "Cozinhar como rotina e obrigação diária fica a cargo das empregadas. Nos 'bastidores', elas preparam os ingredientes, mas são excluídas do 'espetáculo' dos patrões", afirma.

No ano passado, Felipe Gouvêa defendeu a dissertação de mestrado *Um território (re)apropriado? A dinâmica territorial da cozinha em meio a relações sociais de gênero e raça*. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas com patrões e patroas de classe média alta, empregadas e donas de casa, sobre temas como a emergência do homem na cozinha, o interesse pelo movimento gourmet, a predominância de mulheres negras na função de empregada doméstica e as relações de trabalho e dominação.

Os participantes também foram submetidos a um "teste de evocação de palavras", em que eram instigados a associar palavras às expressões "a mulher na cozinha" e "o homem na cozinha". Por fim, os entrevistados revelaram os sentimentos que emergiam quando visualizavam imagens de pessoas cozinhando – homens e mulheres, brancos e negros. "Por meio da Análise do Discurso, examinei o que estava explícito na fala dos entrevistados e descortinei também os argumentos silenciados, implícitos", descreve Felipe Gouvêa.

## Dona Benta e Tia Nastácia

De acordo com o pesquisador, os patrões inquiridos não permitiram a participação de suas próprias empregadas nas entrevistas, sob a alegação de que a provocação poderia "criar ideias em suas cabeças" ou fazê-las voltarem-se contra eles. "Essa atitude exemplifica a tentativa de preservação da relação de poder por meio do silêncio", avalia.



O chef de cozinha britânico Jamie Oliver na série *O segredo da alimentação*, exibida pelo canal GNT

Relatos como o de uma patroa que proibia a doméstica de usar suas panelas mais modernas e de uma senhora que subestimava as aspirações da empregada de construir uma cozinha sofisticada estão entre os mais representativos, segundo o pesquisador, do ideal de segregação social que ainda prevalece no imaginário dos patrões. "Na abordagem com as empregadas, observei um forte incômodo. Uma delas chegou a chorar quando estimulada a falar sobre questões de submissão e preconceito", conta.

Os participantes também opinaram sobre o livro de receitas da Dona Benta, inspirado na personagem que é a patroa do Sítio do Picapau Amarelo. O embaraço reside no fato de que, na série de Monteiro Lobato, a cozinheira da família é a personagem negra Tia Nastácia – e não a Dona Benta. "A legitimidade da Dona Benta para batizar o livro de receitas e os interesses mercadológicos por trás dessa escolha foram problematizados, suscitando contestação em meio às empregadas e reafirmação do preconceito – ainda que implicitamente – no comentário dos patrões", explica Felipe Gouvêa.

Para o pesquisador, seu trabalho pode abrir perspectivas para novos estudos sobre a lida das empregadas domésticas com jornadas duplas de trabalho, o que produziria modos comparados de apropriação da cozinha. Outros temas, em sua avaliação, são o consumo simbólico das empregadas no tocante ao selo gourmet e a relação dos filhos com a atividade de cozinhar.

**Dissertação: Um território (re)apropriado? A dinâmica territorial da cozinha em meio a relações sociais de gênero e raça**

**Autor:** Felipe Gouvêa Pena

**Orientador:** Luiz Alex Silva Saraiva

**Defesa:** 7 de março de 2017, no Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração da Face